

**A QUESTÃO DA “LACUNA” NO *OPUS POSTUMUM* DE KANT:  
UMA DISCUSSÃO ACERCA DE SUA RESOLUÇÃO E A INFLUÊNCIA DA  
FILOSOFIA DE TETENS**

**The “gap” issue in Kant’s *Opus Postumum*:  
A discussion about its resolution and the influence of the philosophy of Tetens**

André Renato de Oliveira<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Carlos  
andrerpro@hotmail.com

**Resumo:** No *Opus Postumum* Kant está atento à possibilidade da construção de uma metafísica da natureza. Porém, temos que observar que entre esta metafísica da natureza corpórea e a física como ciência empírica, há uma “lacuna”, visto que, uma destas ciências é pura *a priori*; e a outra, empírica *a posteriori*. Na tentativa de relacionar estes campos, há a necessidade de um termo médio, a fim de permitir a passagem de um ao outro – passagem que proporia uma dedução. Este artigo defende que há nesta dedução a presença de elementos subjetivos. Sustentamos que estes elementos caracterizam uma aproximação com a dedução subjetiva presente na *Crítica* de 1781. Proximidade que atestaria também a sua resolução psicológica e conseqüentemente a influência da filosofia de Tetens, retomada no *Opus Postumum*. Feita esta aproximação propomos analisar se há em *Opus*, uma tentativa de Kant em retomar e reavaliar a parte subjetiva da dedução de 1781?

**Palavras-chave:** Kant; *Opus Postumum*; Tetens; psicologia.

**Abstract:** In *Opus Postumum* Kant, he is aware of the possibility of building a metaphysics of nature. However, we must note that between this metaphysics of corporeal nature and physics as an empirical science, there is a “gap”, since one of these sciences is *a priori* pure; and the other, a *a posteriori* empirical. In an attempt to relate these fields, there is a need for a medium term, in order to allow the passage from one to the other - passage that would propose a deduction. This article argues that subjective elements are present in this deduction. We maintain that these elements characterize an approximation with the subjective deduction present in the Critique of 1781. Proximity that would also attest to its psychological resolution and consequently the influence of Tetens’ philosophy, taken up in *Opus Postumum*. Having made this approach, we propose to analyze whether there is in *Opus*, an attempt by Kant to retake and reevaluate the subjective part of the 1781 deduction?

**Keywords:** Kant; *Opus Postumum*; Tetens; psychology.

## 1. Introdução

Desde os anos 1790, Kant está atento à possibilidade da construção de uma metafísica da natureza. Porém, temos que observar que entre esta metafísica da natureza corpórea e a física como ciência empírica, há uma lacuna, considerando que uma destas ciências é pura *a priori*, e a outra, empírica *a posteriori*. Dito isto, pode-se dizer que *Opus Postumum* trata-se de uma tentativa de relacionar estes campos. Esta relação carece imprescindivelmente de um termo médio, um campo neutro, onde o empírico e o puro

---

<sup>1</sup> Em estágio de pós-doutoramento pela Universidade Federal de São Carlos.

possam se unir a fim de permitir a passagem de um domínio a outro sem um salto devastador para o espírito – passagem que proporia uma *dedução*, pressupondo como elemento primordial deste campo neutro um princípio subjetivo posto *a priori*. Esta posição norteará nossa exposição, a partir deste ponto.

A tentativa de preencher esta lacuna é interpretada de formas variadas entre os poucos comentadores do *Opus Postumum*. Dentre os comentadores que consultamos aqui, há aqueles que subentendem o texto como uma espécie de continuidade da *Crítica da Razão Pura*<sup>2</sup> e defendem que o *Opus Postumum* seria uma espécie de terceira edição da *Crítica*. Não obstante, esclarecemos de imediato que não compactuamos totalmente com a ideia de se pensar o *Opus* como uma extensão da *Crítica*, mas sim, em acompanhar a ideia de que haveria, de fato, uma relação com a problemática desenvolvida na *Crítica*, mas respeitando suas respectivas abordagens, e caracterizando sim, sob esta perspectiva, o diálogo entre as obras.

Retomando nossa explanação, Vleeschauer (1976), por exemplo, defende esta posição e entende que Kant parece buscar ainda a resposta à pergunta cabal de sua *Crítica da Razão Pura*, ou seja, como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? E ratifica que o interlocutor do *Opus* é definitivamente a *Crítica*, – posição esta dividida com Marty (1986, p. XIV), que semelhantemente defende a ideia de que “não podemos nos confundir sobre o interlocutor de Kant no *Opus Postumum*, este é fatalmente a *Crítica da Razão Pura*”. Embora estejamos em conformidade com a ideia da *Crítica* como a interlocutora do *Opus*, entendemos que estas afirmações não comprovariam que Kant estaria construindo uma terceira edição da *Crítica*, ou mesmo, que tratem de uma extensão desta mesma obra. Não obstante, a esta posição defendida por Vleeschauer e Marty, temos como contraponto a posição de Duque (1991), que entende o *Opus Postumum* como uma substituição dos *Princípios metafísicos de 1786*, e que em seu lugar, Kant constrói uma:

[...] fisiologia racional com base na dinâmica (*forças motrizes* da matéria) sobre a foronomia e sobre a mecânica constituindo assim um sistema elementar da matéria, que através do argumento ontológico sobre a existência do éter como correlato objetivo do princípio supremo da

<sup>2</sup> As citações de Kant seguem a edição da Academia (Akademie-Ausgabe Kant’s Gesammelte Schriften, 29 vol. Berlin: Walter de Gruyter). Utilizamos a seguinte nomenclatura: *KrV* (Crítica da razão pura), acrescida das letras A e B que significam A primeira edição de 1781 e B segunda edição de 1787; *OP* (Opus Postumum); *Refl* (Reflexões).

possibilidade da experiência, deveria chegar a um sistema do mundo [...] (DUQUE, 1991, p. 9).

Temos ainda Seidengart (2013, p. 171), que afirma que “no *Opus* Kant tentará unificar o conjunto das forças motrizes [...] e concluir a arquitetura de sua filosofia transcendental [...]”. E, por fim, Mathieu (1958 p. 16) que argumenta em defesa da “[...] solução que consiste no esquematismo transcendental, pois, este é a base de todo fundamento da conexão também no *Opus Postumum* [...]”<sup>3</sup>. Dentre estas posições, nota-se suas respectivas variações, porém, destaca-se também um denominador comum entre os comentadores que quase unanimemente afirmam haver uma interlocução do *Opus* com a *Crítica*. Eis a afirmação que mais nos interessa aqui, e que corrobora a *Crítica* como a interlocutora do *Opus*. Diante desta confirmação, por mais que pensemos haver certa limitação em se pensar o *Opus* como mera retomada da pergunta diretriz da *Crítica*, por outro lado, consideramos a existência desta mesma questão posta ali como dispositivo para se pensar a *passagem* (*Übergang*), mas, sobre outra perspectiva que enfatizaria o viés subjetivo da questão. Para confirmar esta posição optamos por acompanhar, em parte, a posição defendida por Vleeschauwer (1976). Dizemos em parte, pois nos limitaremos, como já destacamos inicialmente, em acompanhá-lo em sua interpretação tendo como objetivo apresentar uma resolução à *lacuna* e os elementos que a caracterizariam no *Opus*, resolução esta que segundo o comentador dar-se-ia através de uma espécie de psicometáfísica da matéria, composta por este viés subjetivo, bem como pela retomada da psicologia, nesta obra final de Kant. Dito isto, partiremos para a demonstração desta possível resolução que este comentador nos oferece.

## 2. A dedução em “construção” no *Opus Postumum*

Constatou-se, anteriormente, que o objeto formal do *Übergang* (passagem) gira em torno de problemas físicos. Vaihinger (1923 pp. 437-439) argumenta que na *Crítica* “a experiência intervém no debate a título diverso, e que a realidade e o valor da experiência

<sup>3</sup> Temos ainda: Eckart Förster. *Kant's Final Synthesis*, Harvard University Press, 2002; K. Fischer, *Geschichte der neuern Philosophie*, Nabu Press, Berlin, 1860, p. 83; F. Tocco, *Dell'OPera postuma di E. Kant sul passaggio dalla metafisica*, Kant-Studien 1898, pp. 69-89 e pp. 277-289; G. Lehmann, *Anwendung und Übergang als Systemprobleme der Kantischen Philosophie*, Berlin, 1936, prefácio; F. Lienhard, *Die Gottesidee in Kants Opus Postumum*, Berlin, 1923; E. Adicks, *Kant als Naturforscher*, Berlin, De Gruyter; Reprint 2010 ed. Edição (1 janeiro 1924), 1924.

seriam indiscutíveis para Kant”. Desta forma, a *Crítica* constituir-se-ia em explicar o condicionamento neste sentido, e a experiência constituiria um meio de *dedução*.

Alegamos que, em *Opus Postumum*, é possível detectar uma situação análoga à que Vaihinger (1923) nos coloca, mas percebamos que o problema repousaria, então, sobre uma construção ideal de um fator transcendental denominado experiência (sensação), onde a experiência e a sensação são consideradas como coisas essencialmente distintas. Se assim a pensarmos, temos de considerar o empírico, contingente, concreto, individual, como parte da sensação, colocando-os juntamente ao transcendental, necessário, ideal e universal da experiência<sup>4</sup>. Por isso, Vleeschauwer (1976) contra-argumenta Vaihinger (1923), apontando que, no *Opus*, “o sujeito não compreende o que tem feito de si mesmo, este é considerado um momento transcendental onde a experiência através de sua unidade e por sua singularidade o experimenta” (VLEESCHAUWER 1976, p. 576). Assim, o comentador reconhece que para haver uma unidade temos que pressupor um ato de unificação, o qual seria decididamente, no *Opus*, uma função subjetiva. É nesta função subjetiva destacada por Vleeschauwer que alegamos estar presente a psicologia, e é nesta que se caracteriza o cenário desta nova *dedução*. Explicaremos com maior acuidade, no decorrer do texto, os elementos que comprovariam esta afirmação. Por ora, se assim pensarmos a questão, a posição de Vleeschauwer (1976) sobre a teoria da experiência de *Opus Postumum* aponta para uma teoria não exatamente conciliável à da *Crítica*, muito embora haja similaridades, como se destacou anteriormente. Esta posição contribui para corroborar uma espécie de realocação primordial da subjetividade (*dedução subjetiva*), no *Opus*, algo inexistente na *Crítica*.

É exatamente esta posição que leva Vleeschauwer (1976) a postular a hipótese de que Kant, no *Opus*, elaboraria uma nova *dedução*, a qual relacionaria o esquema categorial ao esquema de forças, e que ofereceria uma nova forma de operar atuando consciente e inconscientemente. Desta forma, os elementos críticos marcariam uma nova etapa na evolução do criticismo. Esta *dedução*, que nos aponta Vleeschauwer (1976), fundamentar-se-ia no quadro *a priori* das forças e das propriedades gerais da matéria, no qual se desdobram a física e a experiência, e desenvolver-se-ia em duas etapas: a primeira teria por

---

<sup>4</sup> Ver Vleeschauwer (1976, p. 576). Não estamos falando, aqui, da experiência em sentido vulgar ou empirista do termo, tal como Hume, entre outros. Para Kant, esta é uma construção *a priori* efetuada pela razão.

objetivo fixar o sistema *a priori* das forças possíveis manifestadas pela experiência; a segunda deduziria as propriedades gerais da matéria.

Seguindo esta linha de raciocínio, defendemos que Kant deduziria o fundamento da unidade da experiência e da matéria através da *dedução do éter*. Desta maneira, Kant acreditaria ter reduzido, sob a forma de um sistema *a priori*, toda a matéria da física como ciência empírica<sup>5</sup>. Esta posição encontra fundamento na seguinte passagem do *Opus*, na qual Kant deduz o fundamento da unidade da experiência e da matéria pela *dedução do éter*, afirmando que:

[...] exercendo uma repulsão e reciprocamente, tão frequentemente e tão fortemente uma atração, chamada éter, e como se deve representar, no entanto um começo para todo movimento, um movimento produzido pelo choque densificando esta matéria e o contrachoque que se prolonga novamente de modo recíproco, deve ter por consequência vibrações contínuas de modo que, se este mesmo éter, mesmo que não tenha nenhuma outra matéria no mundo, ou se elas se decomponham completamente em diversas espécies num único *expansum homogenio*, formaria já por sua própria atração e repulsão internas como uma grossa esfera, ou luz e calor poderiam ser considerados não como duas espécies diferentes de matéria, mas como duas modificações supremas de uma mesma matéria (do éter) (*OP* 21: 256, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Contudo, esta *dedução* do esquema das forças só poderia realizar-se pela possibilidade das percepções que não possuem outra realidade, senão a de um sujeito, e que é condicionada necessariamente pela espécie e formas receptivas das funções sintéticas. Contando com este cenário, Vleeschauwer (1976) pautado pela ideia de sujeito (Eu) entende que o alcance da síntese excederia a forma universalizante de um objeto pela unidade sintética da consciência e, assim, a síntese constrói outra forma de conhecimento, a de um objeto empírico, e avança no conhecimento de uma parte notável de sua essência, o conhecer *a priori*. Assim, parte-se do subjetivo, isto é, o subjetivo passaria a ser o elemento primário – eis aqui os preliminares do modelo proposto por Vleeschauwer (1976).

<sup>5</sup> Cf. Vleeschauwer (1976)

<sup>6</sup> „[...] zur Folge haben muß, so daß dieser Aether selbst wenn auch keine Andere Materie in der Welt wäre oder sie gänzlich in die verschiedene Species derselben in ein einziges gleichförmiges *Expansum aufgelöset* wären schon durch ihre eigene innere Anziehung und Abstoßung gleichsam eine Große Kugel ausmachen würde wo Licht und Wärme nicht für zweierlei Species von Materien sondern die zwey obersten Modificationen einer einzigen Materie (des Aethers) angesehen werden dürften“ (*OP* 21: 256).

Como resultado disto, o sujeito (Eu) passa a ser dotado de uma importância considerável, no *Opus*. A este respeito, Vleeschauer (1976, p. 592) observa que “no *Opus*, é conferido ao sujeito um poder construtivo muito maior do que na *Crítica*, e será nesta extensão que repousará a possibilidade física como ciência sistemática”. Atentemos a esta afirmação, pois está claro que seria a partir da subjetividade do sujeito que se originaria a possibilidade de sistematização da física. Ou seja, o comentador entende que a possibilidade de sistematização da física só é possível mediante esta capacidade construtiva de unidade realizada pelo sujeito. De fato, *Opus Postumum* retoma, em especial no *Convolut VII*, o problema da objetivação transcendental, reverberando a posição de Vleeschauer (1976). Quanto a esta atividade do sujeito destacada pelo comentador, percebamos haver dois domínios de atuação. Para aclará-los podemos acrescentar à posição de Vleeschauer (1976) àquela de Daval (1951), visto que compartilham opiniões similares contribuindo para a demarcação destes domínios de atuação do Eu, no *Opus*. Daval (1951, p. 297), entende que, na *Crítica*, temos o objeto transcendental e o objeto da intuição sensível, em geral, caracterizando de início que “haveria uma objetivação que se faz de algum modo vazia, mas que é inevitável na medida em que defini a atividade do pensamento do Eu”.

Desta forma, ao Eu transcendental corresponderia ao objeto transcendental que é seu correlato. Diante disso, Daval (1951, p. 296) funda seu argumento, assinalando que “o objeto transcendental X não é um objeto conhecido, mas uma situação necessária a todo ato do pensamento [...] esta objetivação transcendental não deve ser confundida com o que, por comodidade chamamos de objetivação esquematizante”. A objetivação esquematizante de que nos fala Daval (1951) diz respeito à relação que aqui fazemos entre o objeto e uma intuição determinada, e que chega a um conhecimento verdadeiro. Desta forma, a objetivação esquematizante supõe uma objetivação transcendental. É enfatizado que o contrário disso não seria possível, pois, no *Opus (Convolut VII)*, a objetivação transcendental é tratada diferentemente: ela é unívoca.

Alegamos que a posição de Daval (1951), destacada aqui, coloca-nos diante de um impasse, visto que gera uma questão sobre este sujeito consciente de si e se este seria um retorno sobre si mesmo, uma *Selbstwusstsein*, uma investigação introspectiva. Na verdade, este impasse contribui para ratificar que, pelo menos em *Opus Postumum*, esta consciência de si é essencial a todo ato de pensamento independentemente de qual seja o objeto,

posição que parece ser dividida com Vleeschauwer (1976). Mas caberia aqui ainda uma questão a se pensar: há então um Eu-objeto e um Eu-sujeito, em que este último é entendido como agente de conhecimento e o primeiro como objeto conhecido? Quanto a esta questão, podemos dizer, a princípio, que o Eu-sujeito não pode ser conhecido enquanto tal, pois Kant (*OP* 22: 78) nos diz, no *Opus*, que “a consciência de si mesmo (*apperceptio*) enquanto afetada é a representação do objeto no fenômeno, mas enquanto é o sujeito que afeta a si mesmo, ele é considerado ao mesmo tempo como objeto em si X”<sup>7</sup>.

Isto corrobora que, para entendermos satisfatoriamente a questão da posição do sujeito transcendental e o significado exato da objetivação, não podemos negligenciar a dualidade *noumenon-fenômeno*, na qual o sujeito transcendental se constrói, como é proposto no *Opus*, por um lado, pelo fenômeno, e por outro, pelo *noumenon*, o que significa a comprovação da posição dualística de Daval e Vleeschauwer. Isto é, o sujeito coloca-se ali de duas maneiras diferentes respondendo à questão posta anteriormente. Observemos que o sujeito é colocado, de início, enquanto objeto (*noumenon*) e, em seguida, numa posição de *autoafecção* (fenômeno). Partindo deste pressuposto, Daval (1958) concluirá que haveria, então, dois processos em andamento, em que o primeiro partiria do sujeito puro da apercepção e realizar-se-ia no objeto X, o qual seria a objetivação transcendental através da qual o Eu se coloca como objeto, e o segundo processo partiria do objeto X e realizar-se-ia no sujeito empírico, seria a afecção do Eu empírico pelo objeto X.

Posta esta posição sobre a construção do sujeito, passamos a reverberar este posicionamento atrelando-o à forma, como faz a ciência física. Esta permitiria que conhecêssemos apenas as percepções *a priori*. Isto significa, de fato, que nós as conhecemos como sujeito perceptivo, ou seja, experimentamos a percepção, mas não a conhecemos como tal (*coisa-em-si*). O sujeito apreende, então, empiricamente apenas o objeto que só lhe pode ser dado *a posteriori*, embora esta claramente não fosse a única forma de conhecer, como descreve Daval, na seguinte passagem:

Mesmo que a física conheça o verde ou o vermelho como uma radiação definida por certa distância de ondas, mesmo que o sujeito perceba as provas como qualidades sensíveis, da mesma forma a física pode

---

<sup>7</sup> „Das Bewusstsein seiner selbst (*apperceptio*) in so fern es afficirt wird ist die Vorstellung des Gegenstandes in der Erscheinung in so ferne es aber das Subject ist was sich selbst afficirt so ist es auch zugleich als das Object an sich = X anzusehen“ (*OP* 22: 78).

conhecer *a priori* as percepções, ou seja, de maneira contrária a forma que o Eu empírico as conhece. Esta diferença de perspectiva separa o Eu empírico do Eu puro, e o físico se coloca evidentemente sob o ponto de vista do Eu puro, situação que se traduz pelo fato de que o primeiro é tomado por um conjunto de percepções, isto é, por percepções que se sucedem sem ligação [...] (DAVAL, 1951, p. 316).

A respeito deste conjunto de percepções apontado por Daval (1951) nesta passagem, Kant (*OP 22: 333*, tradução nossa) nos dirá que “a forma de um sistema e não de um conjunto (de percepções) [...] permite apenas um conhecimento *a priori* da completude (*complexus*) das percepções e a reunião das representações empíricas no sujeito”. E segue afirmando que “esta composição é novamente um fenômeno, ou seja, não é senão um fenômeno do fenômeno, uma representação formal segundo a qual o sujeito afecta-se segundo um princípio e enquanto autoafecção é um objeto” (*OP 22: 334*)<sup>8</sup>. Defendemos, então, que este conjunto não é uma nova representação empírica do objeto, nem um fenômeno, mas sim, o conhecimento *a priori* do objeto sensível. Ora, o que Kant chama de *fenômeno do fenômeno* é o objeto afectante, e tal afeto é produzido quando as formas do sujeito empírico religam as sensações.

É, então, na necessidade desta religação que percebemos uma nova concepção de *noumenon*, produto da atividade subjetiva e imprescindível, e é nesta atividade subjetiva que caracterizamos a presença da possibilidade de integrar a física ao sistema da filosofia transcendental, como destaca o próprio Kant. Advogamos que o elemento que pautaria esta atividade subjetiva é a, já apresentada, *faculdade imaginativa*, elemento que voltaria a integrar as investigações de Kant, em *Opus Postumum*. Vleeschauer (1976) assinala, assim, acertadamente, que a conquista do *Eu penso*, da primeira *Crítica*, é retomada e permanece central no *Opus*, e esta primeira consciência do Eu aparecerá como necessária para se entender como ele mesmo sintetiza o material tanto externo quanto interno. Seria, então, esta força sintética que em parte sobreporia e substituiria aquela da *imaginação produtiva*, como o *Übergang* (passagem) da metafísica à física. Sob este cenário, Vleeschauer (1976, p. 595) pode, então, sustentar que esta “sistematização da física empírica se faz pela razão, de início sob a base de uma unidade formal e de uma unidade

<sup>8</sup> „Die Form eines Systems nicht bloß eines Aggregats derselben (der Wahrnehmungen)[...] enthält denn die allein verstatet ein Erkenntnis a priori des Inbegriffs (complexus) der Wahrnehmungen und der Vereinigung dieser empirischen Vorstellungen des Subjects [...] Aber diese Zusammenstellung (coordinatio) ist selbst wiederum nur Erscheinung folglich nichts weiter als Erscheinung von der Erscheinung d.i. Vorstellung des Formalen wie das Subject sich selbst nach einem Princip afficirt und sich als selbstthätig Object ist“ (*OP 22: 333-334*)

material em seguida”. A partir desta declaração, entendemos que, para este comentador, a multiplicidade das funções sintéticas dá lugar a uma correspondente multiplicidade de forças elementares, de modo que a unificação sistemática da física seria apenas o início deste enlace.

Com esta definição, defendemos ser possível pensar que o esquematismo já não é somente aquele da imaginação, de algum modo sempre inclinado à categoria do entendimento. Agora, trata-se de um esquematismo que deve dar uma forma a um material submetido a um princípio heurístico, o que corrobora a ideia de que o papel da imaginação também tomará uma nova dimensão, no *Opus*. Mas este é redimensionado enquanto *faculdade imaginativa* e reavaliado em seu papel fundamental de dar aparência à consciência sistematizada da força do Eu, isto é, trazer a representação (unificá-la).

Coletados estes elementos, sustentamos que a ideia de sujeito se forma num todo sistemático e que, se esta totalidade sistemática lhe é própria, este deve prosseguir como uma ideia unitária, tornando-se o objetivo do esquematismo. Por outro lado, o esquema do conceito que constitui a ideia unificadora tem um valor objetivante, enquanto serve para adaptar a ideia transcendental unificante ao modo empírico. E é esta a ideia norteadora, isto é, uma unidade sistemática que torna necessário um esquematismo, contanto que este seja objetivo<sup>9</sup>. Contudo, salientamos que para ligar-se com o empírico é necessário o esquematismo dos conceitos, a fim de unificar a composição, e não podemos perder de vista que o problema fundamental de Kant em relação à *passagem* trata-se da matéria.

Isto quer dizer que, para resolver o problema da matéria, Kant faz referência à construção realizada pelo sujeito, considerando que esta parece ser a base empírica da consciência física, visto que esta resulta sempre da construção do sujeito, bem como a *força motriz* que deriva da mesma força, o componente da matéria. É desta forma que se constitui através da construção do sujeito outras construções com base em algo empírico que afeta nosso sentido, algo que está fora de nós, que se forma gradualmente, e que é determinado por nós mesmos, como apontamos anteriormente em relação ao Eu. Kant ratifica esta posição, no *Convolut X 18 S.4*, quando afirma que a espontaneidade do sujeito, com a qual percebe (*Wahrnehmung*) a si mesmo ocorreria através de sua construção *a priori* tornando-se seu próprio objeto. Este é o ponto central, como assinala

---

<sup>9</sup> O esquema interno de um sistema assume um papel objetivante quando liga-se à ideia unificante, espontaneamente criada do sujeito, garantindo transcendentalmente a relação com o empírico. Notamos, aqui, uma interpretação idealística defendida por Vleeschauer.

Kant (*OP* 22: 323, tradução nossa), ao afirmar que “não podemos tirar da intuição empírica nenhum outro que não seja nós mesmos o mesmo ocorre para a física. O sujeito afeta-se na síntese como fenômeno”<sup>10</sup>. O sujeito, síntese sucessiva, afeta, portanto a si mesmo com objetos que ele próprio construiu. Parafraseando Kant (*OP*), fenômeno é a modificação subjetiva do afeto que um objeto dos sentidos causa sobre o sujeito. A força do sujeito em modificar qualquer objeto é mesma coisa. Observa-se, aqui, o fato de apenas entrarmos em contato com a realidade empírica através de nossa construção e que o diverso, o campo cognoscitivo, é considerado como a base empírica, como substância material, objeto que já foi construído sobre uma base de afecção precedente.

Sobre esta diversidade, Kant declara que

[...] a forma de um sistema, e não de um simples agregado de percepções, deve partir do fenômeno do objeto que é seu modo de representação simplesmente subjetivo e contém a representação do objeto no fenômeno, o qual consiste unicamente na consciência *a priori* do complexo da apercepção [...] e da unificação de tal representação empírica no sujeito. (*OP* 22: 333, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Defendemos que toda esta atividade do sujeito só é possível de ser apreendida num sistema por uma série de conhecimentos, oferecendo-lhe uma validade objetiva. Por isso, Vleeschauwer (1976), com razão, aponta que, em *Opus Postumum*, é retomada a intuição *a priori* num duplo sentido, o transcendental e aquele de representações construídas, validando a investigação kantiana sobre a construção dos conceitos, em que o espaço e o tempo não são objetos da intuição, mas são eles próprios intuições e designariam apenas atos de representar que o sujeito produz espontaneamente por posição autônoma. No *Opus*, eles seriam regras necessárias que governariam a experiência em sua parte subjetiva e funcional. A gênese do espaço e do tempo enquanto representação é mantida como um produto sintético dependente da imaginação, um produto originado de nossa imaginação por ocasião da afecção do Eu por si (mesmo)<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> „Wir können aus der empirischen Anschauung nichts heraus heben als das was wir selbst für die Physik hinein gelegt haben. Das Subject afficirt sich selbst in der Synthesis als Erscheinung“ (*OP* 22: 323).

<sup>11</sup> „Die Form eines Systems nicht bloß eines Aggregats derselben (der Wahrnehmungen) muß den Anfang mit der Erscheinung der Objecte machen welche eine bloß subjective Vorstellungsart derselben d.i. die Vorstellung der Gegenstände in der Erscheinung enthält denn die allein verstatet ein Erkenntnis a priori des Inbegriffs (complexus) der Wahrnehmungen und der Vereinigung dieser empirischen Vorstellungen des Subjects“ (*OP* 22: 333).

<sup>12</sup> Cf. Vleeschauwer (1976)

Sobre esta perspectiva de *autoposição*, compreende-se o modo pelo qual se estrutura o processo cognitivo dos Eu(s), no *Opus*, levantado no início deste tópico. Neste, o *Eu puro* (espontaneidade, atividade etc.) entraria em relação com o *Eu empírico* (receptividade, passividade etc.), em função da constituição do sujeito cognoscente e do universo cognoscível. A forma como estes dois Eu(s) se relacionam é desenvolvida por Kant, no *Opus*, como se pudesse conciliar a pureza e a validade *a priori* do *Eu penso* com o conceito de personalidade enquanto organismo psicofísico – eis a resolução da *dedução* apontada por Vleeschauwer (1796).

Atestando a posição de Vleeschauwer (1976), Kant (*OP* 22: 119-312) apoia-se na teoria da *autoposição* (*Selbstsetzung*) e na do *fenômeno do fenômeno* que toma o posto da *dedução transcendental* do conceito puro do intelecto, proposto na *Crítica*. De fato, este conceito de *autoposição* apresenta uma grande novidade no *Opus* em relação à *Crítica*, entendida como a consciência de mim mesmo como sujeito (segundo a regra da identidade); a consciência de si entre intuição e conceito; e a posição de si no espaço e no tempo. A existência do múltiplo no espaço e no tempo é apenas condição da forma para agrupar o múltiplo enquanto fenômeno, ou seja, um modo de representação subjetivo de como o sujeito é afectado, e não como ele é em si, colocando o sujeito a si mesmo como *fenômeno no fenômeno*, ou seja, o *Eu penso* é para mim mesmo um objeto do intelecto, mas o *Eu penso* é também para mim um objeto do sentido e da intuição empírica.

Consequentemente, aferimos que Kant, no *Opus Postumum*, atrela a *autoposição* à autoafecção, colocando a espontaneidade do sujeito pensante como o fundamento da constituição do objeto. Isto significa que o sujeito não se coloca mais simplesmente como cogito, mas sim como objeto no fenômeno, passando a ser denominado *sujeito psicofísico* (enquanto organismo). Isto ocorre com a divisão feita pelo próprio Kant (*OP*) entre a espontaneidade e a receptividade do ato subjetivo. A partir disto, a representação da apercepção, que faz de si mesmo um objeto da intuição, contém uma dupla ação: em primeiro lugar, a de *autoposição* (espontaneidade), e, em segundo, a de ser afetado pelo objeto e de recolher numa unidade *a priori* o múltiplo na representação (receptividade). No primeiro caso, o sujeito é a si mesmo um simples objeto no fenômeno, no qual o fenômeno é dado *a priori* como formal. No segundo, é um agregado de material da percepção enquanto é pensado na unidade sintética do múltiplo da intuição *a priori* no espaço e no tempo. A este segundo caso corresponderia a presença do *Eu passivo* ou psicológico

receptivo, que não é nada além do que o indivíduo em sua característica *psicofísica* dotado de um mecanismo perceptivo e sensório-motor<sup>13</sup>.

Verificamos assim, pautados pela interpretação que nos oferece Vleeschauwer (1976), uma presença marcante do empírico, caracterizando no *Opus* uma primazia do subjetivo enfatizada pela explanação sobre os Eu(s) (*Eu físico* e *Eu psicológico*), e a proposta de resolução pautada pela união destes (pensemos ainda no campo empírico e puro) demarcada por uma psicofisiologia no *fenômeno do fenômeno* do Eu, considerada como um processo de autoestruturação do homem, fortemente presente nesta obra, formando um ser *psicofísico* dotado de racionalidade e consciente de si.

Demarcada esta leitura, mostramos que ela nos possibilitaria não só destacar a presença da psicologia como elemento desta possível solução ao problema da *dedução* posta no *Opus*, caracterizando sua retomada, ali, sob uma perspectiva teórica como outrora teve na *Crítica*, mas ainda demonstrando que ela não deixou de fazer parte da possibilidade de se estabelecer um sistema completo da totalidade absoluta da experiência. Kant buscava preencher a “lacuna”, aclarando que se nos propusermos a interpretá-la à forma que expomos aqui, é possível caracterizar, em *Opus Postumum*, forte apelo à psicologia e à querela subjetiva presente, mas não aprofundada na *Crítica*. Demonstrada esta possibilidade interpretativa e demarcada a pertinência da subjetividade e mesmo da psicologia, no *Opus*, vindos diretamente da *Crítica*, não podemos deixar de pensar se com tal transposição a influência da filosofia de Tetens (1777) também seria transposta. A esta questão nos debruçaremos a partir de agora.

### **3. A pertinência da filosofia de Tetens em *Opus Postumum***

Considerou-se a pertinência de uma *dedução* em desenvolvimento, em *Opus Postumum*, fundamentada na ideia de um “princípio subjetivo que é posto *a priori* como fundamento da pesquisa física [...]” (OP 21: 360, tradução nossa)<sup>14</sup> – proposição esta fundamental para se pensar a *passagem* (*Übergang*) descrita no *Opus*. Destarte, propomos

<sup>13</sup> O sujeito afeta a si mesmo através de um complexo circuito de autorregulação do sistema nervoso. Sob esta perspectiva, podemos argumentar que Kant estaria apontando apenas para uma fundamentação da física como uma ciência da experiência do mundo externo, e não, para uma tentativa de fundamentação psicológica do sujeito. Mas lembremos das palavras de Kant (OP 22: 60, tradução nossa): “[...] a psicologia pertence ao mesmo domínio da física[...]”/ “[...]Von dem psychologischen Unterschiede (der zur Physik gehört)[...]”, caracterizando mais do que um mero indício a esta fundamentação.

<sup>14</sup> „Dieser Übergang besteht nun in dem subjectiven a priori zum Grunde liegenden Princip der Naturforschung[...]“ (OP 21: 360)

aqui nos servirmos desta proposição posta por Kant a fim de pautar nossa argumentação em prol da influência e, conseqüentemente, da presença da filosofia de Tetens em *Opus Postumum*.

Conforme revelamos no parágrafo antecedente, Kant, no *Opus*, declara que o elemento neutro que realizaria a *passagem* entre estes diferentes domínios<sup>15</sup> tratar-se-ia de “um princípio subjetivo *a priori*”. Esta afirmação é pertinente, pois Tetens (1777, p. 506, tradução nossa), de maneira semelhante, destaca uma proposição similar ao confessar que “deve ter um fundamento psicológico que anteceda a ação no intelecto e que dependa de um fundamento subjetivo *a priori*. Aqui há uma substituição do objetivo pelo subjetivo [...]”<sup>16</sup>. Fica clara a busca dos autores pelo princípio subjetivo *a priori* como fundamento de suas respectivas investigações. A questão é que Tetens (1777) entende que este fundamento subjetivo *a priori* só seria alcançado a partir da investigação das funções das *faculdades da alma*, pois seriam estas que desempenhariam a atividade preparatória. No entanto, o problema que destacamos aqui é que Tetens (1777) não define muito bem qual é este princípio, permanecendo em dívida quanto a precisar este fundamento subjetivo do qual depende a psicologia, fundamento de seu sistema, demonstrando apenas que é através do trabalho da *força do pensar* que se confere unidade e inteligibilidade a nossa representação sensível, ou seja, ele nos ofereceria o caminho investigativo, mas não demarcaria pontualmente qual seria este fundamento psicológico que antecederia as ações do intelecto.

Realizado o apontamento da trajetória que seguiremos e, embora tenhamos fundado nossa argumentação nesta similaridade, visto que entendemos ser este um dos elementos mais profícuos de comprovação quanto à presença da influência de Tetens em *Opus Postumum*, compreendemos também que não se pode excluir a existência de outros elementos que, em certa medida, colaborariam para comprovar tal presença nesta obra e que se harmonizariam a esta premissa maior. Desta forma, ao invés de nos determos única e exclusivamente à exposição desta e correremos o risco de negligenciar os demais elementos comprobatórios que também corroborariam a presença de Tetens no *Opus*, optou-se aqui por avaliar também estes outros elementos, mas com o intuito de mostrar

<sup>15</sup> Referência aos campos empírico e puro (*Opus Postumum*).

<sup>16</sup> „[...] seinen psychologischen Grund haben muß, der vor der Wirkung vorhergeht, und also im Verstande ein subjektiver Grund a priori ist, so muß auch jedes solches Objekt außer dem Verstande seinen objektiven Grund a priori haben, von dem es abhängt. Hier geschieht eine Substitution des Objektiven, und des Subjektiven sehen [...]“. (TETENS, 1777, p. 506).

como eles se integram a esta premissa maior. Dito isto, retomemos o argumento kantiano, que configura seu projeto em *Opus Postumum*. Kant (*OP* 21: 361) versa sobre a passagem da metafísica da natureza e a física, porém não designa o objeto do conhecimento que liga as duas disciplinas, mas sim a ligação e sua necessidade para conclusão do sistema, e parece tomar o objeto [também] por seu lado subjetivo. Num primeiro momento, temos aqui a clara indicação de Kant quanto à necessidade em se aceitar esse pressuposto empírico visto que estamos lidando com princípios que se deve buscar empiricamente. Entendemos, assim, já de antemão que, se em 1781 este “cenário subjetivo”, apesar de dotado de importância para Kant (*KrV* A XVII), não era o foco de sua investigação, como é afirmado por ele numa significativa passagem da *Crítica*: “esta discussão, embora de grande importância para o meu fim principal, não lhe pertence essencialmente [...]”. Em *Opus Postumum*, caracterizou-se uma abordagem diferente, ali é possível pensarmos que Kant reavalia a relevância desta discussão, passando a entendê-la como pertinente e caracterizando-a como ponto essencial de sua proposta. Assim, o sistema que Kant pretendia constituir, em *Opus Postumum*, que parte da investigação do *Übergang* (*passagem*) atribuindo-lhe a forma sistemática da ciência da experiência, conta com uma forte relevância do subjetivo, o que já o coloca em certa proximidade com o modelo de Tetens.

Este sistema kantiano constituir-se-ia como *passagem* considerada como o esquematismo da composição das forças motrizes, enquanto estas constituem um sistema adequado à forma da divisão *a priori* para uma física, em geral (*OP*). Assim, elucida-se que, para Kant, a *passagem* se trata de uma divisão arquitetônica das *forças motrizes* da matéria que servirá de propedêutica de um sistema da física. Retomemos, aqui, duas afirmações de Kant já destacadas, mas que consideramos fundamentais ao entendimento desta questão.

Primeiramente, Kant nos diz que não é a relação das coisas, mas a ativa relação das forças motrizes que se deve colocar nas bases da passagem, e que para efetuar a passagem é necessário conceitos *a priori* das forças motrizes, que se adéquem às condições formais da possibilidade de um sistema empírico, ou seja, da experiência<sup>17</sup>. Nestas afirmações de Kant, contamos com duas questões pertinentes para se pensar a presença da influência de Tetens no *Opus*. A primeira delas é a importância em se pensar a construção dos conceitos,

---

<sup>17</sup> Cf. *OP* 21: 162, 22:457

que indubitavelmente faz parte da composição, a fim de se constituir um sistema – questão que fora descartada por Kant, em 1781, mas que toma fôlego no *Opus*. Esta construção de conceitos era, anteriormente, um tema divergente daquele que propunha Kant. O próprio autor, na *Reflexão 4900*<sup>18</sup>, salienta que não estaria interessado na forma que se constroem os conceitos, como os estariam investigando Tetens. Contudo, Kant literalmente parece ter mudado de opinião, no *Opus*. Acrescentamos ainda que, quando Kant (*OP*) afirma que há *forças motrizes originárias* que produzem movimentos nos corpos, ele as caracteriza por sua direção, grau, relação e modalidade. Todas estas forças produzem efeitos distintos, que mereceriam uma análise particular de suas ações. Esta posição aproxima-se muito do método investigativo individual proposto por Tetens (1777) para investigar a construção dos conceitos.

Feito este pequeno adendo, retomemos a questão e a justificação da construção dos conceitos, para Kant. Kant (*OP*) afirma que o conceito das *forças motrizes* é formado pelas adequações das percepções primitivas com as leis da experiência, indicando certa similaridade com a *dedução* de 1781, ou seja, estaríamos aqui diante de uma *faculdade* do espírito que encerra as condições de possibilidade da experiência. Mas o tratamento desta questão, no *Opus*, parece diferir: aqui, a lei da experiência é a síntese empírica que exige o conceito, o que conota certa pertinência em se pensar a construção deste último e corrobora a sua necessidade. Tetens (1777, p. 340, tradução nossa), à sua forma, também demonstra a importância de se pensar a construção dos conceitos e, com certa similaridade, destaca que “toda ideia e conceito são sem exceção representações sensíveis elaboradas e que esta elaboração é trabalho da força do pensar [...]”<sup>19</sup>. Assim, se temos em Kant a síntese empírica pressupondo o conceito, em Tetens, contamos com algo similar: temos, ali, uma elaboração (unidade) de representações sensíveis que formam o conceito, – temática que subsiste em *Opus Postumum*, contando com uma abordagem um tanto distinta daquela da *Crítica*, porém, próxima da proposta por Tetens, em *Versuche*.

Observemos que Kant (*OP* 22: 358) destaca que para se chegar *a priori* a conhecimentos empíricos e a seu sistema (a experiência) o sujeito deve apreender antecipadamente a relação das forças motrizes. A questão, aqui, é que esta apreensão dá-se

<sup>18</sup> *Refl* 4900 18: 23

<sup>19</sup> „Alle Ideen und Begriffe sind also ohne Ausnahme bearbeitete Empfindungsvorstellungen, wiedere Vorstellungen bearbeitete Empfindungen sind. Aber diese Bearbeitung ist von der Denkkraft geschehen“ (TETENS, 1777, p. 340).

de modo subjetivo e fragmentado, partindo de um sujeito finito. A esta posição pode-se aproximar aquela defendida por Tetens em *Versuche*, que, de maneira semelhante, partia de um sujeito afectado capaz de construir representações a partir de sensações passadas. O próprio Kant (*OP 22*: 363, tradução nossa) estabelece que a necessidade da síntese do múltiplo aponta para um princípio *a priori*, mas o filósofo afirma também que “o fenômeno precede *a priori*, logo o subjetivo precede o objetivo [...]”<sup>20</sup>. Notamos, nesta passagem, literalmente a importância dada ao subjetivo como pressuposto à objetividade no modelo kantiano, posto em *Opus Postumum*. Esta subjetividade que pressuporia a objetividade, como destacamos anteriormente, é o cerne do método de Tetens (1777).

Esta objetividade, ou seja, o modo como o subjetivo torna-se objetivo por ser representado *a priori* é caracterizado por Kant no *Opus Postumum* como *fenômeno do fenômeno*. Neste sentido, Kant entende que para se estabelecer o empírico como parte de um sistema, segundo um princípio *a priori*, “[...] os objetos sensíveis devem ser primeiramente pensados como dados no fenômeno de acordo com o subjetivo da forma e de suas representações coordenadas no espaço e no tempo [...]”<sup>21</sup>. Eis aqui a segunda questão levantada pelas passagens destacadas anteriormente a respeito do princípio formal: é o espaço que está na base da composição de possíveis percepções, a matéria é a substância que afeta os sentidos convertendo-se, assim, subjetivamente, em objeto do fenômeno, sua forma esta *a priori*, e a base da composição de representações empíricas contém as forças que movem os sentidos (*OP*).

Atentemos para o fato de que Kant ratifica, nessa mesma passagem, que essa associação (na medida em que são representações empíricas) estaria fundada no entendimento, não a partir da experiência, mas por sua possibilidade em nascer das percepções segundo um princípio. Consideremos que o que Kant nos apresenta, aqui, é que não se trata de um sistema empírico, e sim, de um sistema de representações empíricas a fim de unir pela unidade sintética *a priori* as percepções da experiência – síntese que caracterizaria as representações –, mas atentemos à pertinência do espaço neste enlace.

Mas, por que atentarmos à pertinência do espaço, na argumentação de Kant? Rememoremos que Tetens (1777) destaca que para se pensar a diversidade da coisa e,

<sup>20</sup> „Erscheinung geht a priori voraus also das Subjective vor dem Objectiven Ein hypothetischer Stoff zum füllen [...]“ (*OP 22*: 363)

<sup>21</sup> „[...] die Sinngegenstände zuerst als in der Erscheinung nach dem Subjectiven der Form ihrer in Raum und Zeit zusammen zu stellenden Vorstellungen phaenomena gedacht [...]“ (*OP 22*: 364).

então, pensar novamente esta coisa sem sermos afetados instantaneamente por ela, só é possível considerando a gênese dos conceitos de espaço e tempo. O que Tetens (1777) propõe, aqui, e que entendemos aproximar as ideias dos filósofos é que só podemos exercer a ideia de relação, sem a ideia de uma coisa que se refira à outra, ou seja, a ação de referência é percebida de modo suficientemente claro, mas os objetos em si, não. É esta ideia de relação, que é entendida por Tetens (1777) como espaço e tempo, e só assim tal relação será possível. Notamos, a partir de Tetens, a necessidade em se repensar a posição dos conceitos de espaço e de tempo. Referimos uns aos outros à coisa coexistente em nossa sensação. Assim, referimos tanto a um quanto ao outro, cada objeto que se segue em qualquer espécie de sentimento, e fazemos, assim, uma aproximação. Para Tetens (1777), estas relações consistem em reunirmos numa unidade todas as nossas sensações singulares, o que caracteriza um objeto formado por sensações próprias deste sujeito formador capaz de formar uma unidade, – pretensão que parece atrelar-se a de Kant, em *Opus Postumum*. Temos, em Tetens (1777, p. 359, tradução nossa), a ideia da unidade reunida, da sensação percebida e, assim, transformada numa ideia que, “num caso, é a única ideia de um espaço e, no outro, a única ideia de um tempo”<sup>22</sup>, o que caracteriza, em certa medida, a mesma importância ao espaço, atribuída por Kant no *Opus*, e comprovando uma espécie de reavaliação da posição do espaço e do tempo como coordenação dos objetos à sua unidade. Vejamos com maior acuidade como as ideias se harmonizam. Tetens (1777, p. 360, tradução nossa) considera que a verdadeira matéria da ideia de espaço constitui-se “pela imagem ou representação, a qual enquanto representação percebida constituiria a ideia de espaço e não o ato segundo o qual seriam unidos muitos sentimentos para se formar uma unidade, mas sim seu efeito, o todo unido das sensações [...]”<sup>23</sup>. Desta forma, teríamos um ato de unificação das sensações, que Tetens define como uma ideia de tempo infinito e espaço singular, sendo este último também considerado a base para composição das sensações. Contudo, temos em Tetens esferas individuais (espaço e tempo), desta forma espaço e tempo são possibilidades da universalização e da particularização das coisas. Esta determinação é dependente do sujeito, caracterizando-o como subjetivo-objetivo, visto que

<sup>22</sup> „[...] die einzelne Idee von einem Raum, und in dem andern die einzelne Idee von einer Zeit ist.“ (TETENS, 1777, p. 359).

<sup>23</sup> „[...] das Bild oder die Vorstellung, die als gewahrgenommene Vorstellung die Idee von dem Raum ausmacht, ist nicht der Aktus, womit die mehreren Gefühle zu Einem ganzen vereinigt werden, sondern vielmehr ihre Wirkung, das vereinigte Ganze der Empfindung, dessen Bestandtheile die ununterschiedene Gefühle sind, das ist, der ganze vereinigte Aktus der Empfindungen“ (TETENS, 1777, p. 361).

a unidade pode ser realizada no espaço, o que o aproximaria, em certa medida, de um sistema de representações empíricas semelhante àquele pensado por Kant, no *Opus*, e o que caracteriza outro elemento que destaca a retomada deste autor, nesta obra final de Kant.

Infelizmente, Kant nos oferece apenas indicações sobre esta síntese, em *Opus Postumum*, não proporcionando quase nenhum detalhamento preciso ou conclusivo sobre ela, e fornecendo-nos nada além de um esboço. Não obstante, percebemos pelas indicações feitas ali, que Kant parece tentar construir outra forma de conhecimento de um objeto empírico, ou seja, conhecer *a priori* a essência de um objeto empírico, pensar sua construção subjetivamente – tarefa fiel ao método de Tetens (1777).

Dito isto, muito embora Kant não detalhe precisamente e conclusivamente a *síntese* no *Opus*, ele nos oferece, em algumas passagens, indícios de como pretendia fazê-la. Acreditamos ser importante retomarmos esta questão por mais um momento a fim de avançarmos nesta “nova” forma de conhecimento proposta por Kant, e então, colhermos mais provas que atestem a pertinência da presença da filosofia de Tetens em *Opus Postumum*. Atentemos a uma das provas destes indícios, observada na seguinte passagem, em que Kant (*OP* 21: 319, tradução nossa) afirma que “[...] as representações sensíveis que constituem a matéria do conhecimento dependem da conformidade com o princípio formal de composição do empírico das forças motrizes”<sup>24</sup>. Esta passagem é pertinente, pois mostra como Kant coloca claramente como pressuposto um princípio formal da experiência, isto quer dizer que o objeto da intuição empírica que produzimos por composição e em relação com os instrumentos da sensação podem exibir um objeto, transformando o múltiplo da representação sensível em singular, conforme a forma. Este sistema é ainda ratificado por Kant, quando declara que

Para se chegar *a priori* a conhecimentos empíricos e a seu sistema: a experiência, o sujeito deve apreender previamente de modo subjetivo e fragmentário, a relação das forças motrizes consigo mesmo, na relação do sentido interno e no conjunto de percepções destes, ligando-as numa consciência, o qual só pode ter lugar sistematicamente [...] (*OP* 22: 358, tradução nossa)<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> „[...] den Sinnenvorstellungen welche die Materie der ausmachen nichts herausheben als was wir selbst hineingelegt haben nach dem formalen Princip der Zusammensetzung des Empirischen an den bewegenden Kräften“ (*OP* 21: 219).

<sup>25</sup> „Um *a priori* zu empirischen Erkenntnissen und zu dem System derselben der Erfahrung zu gelangen muß das Subject vorher subjectiv das Verhältnis der bewegenden Kräfte gegen sich selbst in der Vorstellung des

Nota-se, nesta passagem, a comprovação deste ato de ligação sintético que o sujeito faz de si mesmo conforme um princípio, um objeto, de modo que nada se obtenha da intuição empírica que não tivesse sido posto ali por ele mesmo. Isto nos coloca novamente diante da pertinência de Tetens, em especial quando este caracteriza as sensações como presentes num sujeito, isto é, para que haja uma proximidade, temos em nós elementos de uma sensação anterior. Estas afirmações corroboram, em certa medida, a questão do sujeito, posta no tópico anterior, bem como reverbera que este sujeito é, tanto em Tetens quanto em Kant, o agente da ligação, sujeito que une as *forças motrizes internas* em favor da experiência possível afetando-se conforme o princípio. Lembremos que, conforme o pensamento de Kant (*OP*) as *forças motrizes* seriam fenômenos de um corpo em geral. Enquanto transição subjetiva, a física contém *a priori* a unidade do objeto, tratando do fenômeno de um todo de fenômenos. Vimos ainda que este *fenômeno do fenômeno* são aquelas intuições que podem ser dadas *a priori*. Por isso temos a afirmação de Kant de que é através do *fenômeno do fenômeno* que o subjetivo se torna objetivo, mas podemos considerar esta posição também em Tetens, e isto não seria um absurdo, ou seja, pensarmos esta similaridade, visto que em Tetens temos representações que podem vir à tona construídas a partir da imaginação, sem sermos afetados pelo objeto presente, como se o que nos afetasse fosse um fenômeno de um fenômeno.

Assim, se é a matéria quem afeta os sentidos, convertendo-se subjetivamente o objeto em fenômeno, e sua forma é *a priori* como base da composição de representações empíricas, o subjetivo da intuição é dado *a priori* por composição e, desta forma, faz-se evidente dois fatores necessários para a construção do objeto: primeiro, que a representação sensível só possa ser dada mediante um sujeito e que esta seja submetida a um princípio de composição; segundo, que a forma deste princípio de composição de representações empíricas deve ser pensada *a priori* por um conceito. A questão, então, é que para ocorrer tal composição necessitamos do princípio formal, e este se trata do espaço e do tempo, que são a forma da composição. Mas estes, como apontamos anteriormente, são agora formas subjetivas da intuição sensível externa e interna como fenômeno e

---

inneren Sinnes und in dem Aggregat der Wahrnehmungen desselben fragmentarisch auffassen und in Einem Bewusstsein verbinden welches nicht durch Herumtappen unter Wahrnehmungen sondern systematisch [...]“ (*OP* 22: 358).

princípio de possibilidade da unidade sintética da percepção na experiência. Como vimos, posição que se assemelha à proposta de Tetens.

Atestados tais desdobramentos, estes nos conferem a possibilidade de afirmarmos que a construção do objeto, bem como a forma que Kant (*OP*) nos coloca, diante de duas esferas para se pensar o conhecimento deste, aproxima-se em demasia daquela subjetiva proposta por Tetens, entendida por ele como fundamento da objetividade. Tal demonstração aclara a posição tomada por Kant, a qual defende que para se conhecer um objeto haveria duas formas de representação: a primeira seria o objeto em si e esta diz respeito à posição do sujeito colocando-se primordialmente na intuição; a segunda, o objeto no fenômeno que diz respeito à intuição de si mesmo no fenômeno – intuição através da qual é dado o objeto sensível ao sujeito, que é a representação e a composição do múltiplo, conforme as condições de espaço e tempo. O fenômeno é o subjetivo e o formal da intuição, é o modo como o sujeito se afeta e é afetado pelo objeto. Notemos, aqui, como Kant parece retomar a concepção de objeto transcendental, posta por ele na *Crítica*, em 1781<sup>26</sup>. Contudo, temos que evidenciar que este fenômeno trata-se, no *Opus*, da representação como ato cognitivo.

Quanto a esta representação, esclarecemos que a *faculdade* da representação no *Opus* constitui-se da intuição e do conceito, que se inicia pela consciência de si mesmo. Observemos, contudo, que não se trata de uma multiplicidade de coisas dadas fora do sujeito, mas sim, do modo de representá-las, como mostramos uma síntese empírica, ligação que possui contornos diferentes em relação ao espaço e ao tempo. Disto resulta que a representação não proceda de modo meramente discursivo por conceitos, mas sim, intuitivamente pela construção dos conceitos, reverberando a importância atribuída por Kant à construção dos conceitos em *Opus Postumum*, atentando à formação dos conceitos sob um viés introspectivo e psicológico, corroborando a aproximação quanto à proposta de Tetens, que destacamos no início desta exposição, bem como o fusionar destes elementos ao problema do princípio subjetivo posto *a priori*.

Feitos tais esclarecimentos e destacados alguns dos elementos relevantes para fundamentar a influência e, conseqüentemente, da presença de elementos da filosofia de Tetens em *Opus Postumum*, para dar cabo a nossa argumentação resgataremos, agora, aquele que consideramos desde o início o elemento que acentuaria maior proximidade

---

<sup>26</sup> Ver *KrV* A 110

entre os filósofos e que autenticaria indubitavelmente a influência e a presença da filosofia de Tetens no *Opus Postumum*.

Primeiramente, para memorar o âmbito sob o qual se assenta a questão, recobremos a afirmação de Kant referindo-se à espontaneidade como elemento de passagem, elemento este que permite a passagem de um terreno (da metafísica) a outro (da física). Ora, lembremos que Kant coloca como pressuposto deste abismo um elemento neutro, um princípio subjetivo *a priori*. Tal princípio subjetivo, como outrora destacamos, não é arrematado por Kant em *Opus Postumum*. Em Tetens, a questão não seria diferente – eis o ponto que consideramos decididamente aproximar os filósofos e que caracterizaria a influência de Tetens em *Opus Postumum*, isto é, a busca por este princípio subjetivo *a priori* como sustentáculo de ambos os sistemas, e como o percurso realizado visando o subjetivo, os elementos e os desdobramentos conceituais realizados por Tetens em *Versuche* a fim de revelar este princípio irá repercutir na obra final de Kant. A isto atribuímos a pertinência e a retomada do trabalho de Tetens à investigação de Kant em desenvolvimento em *Opus Postumum*, pois, temos de ser pudicos e destacarmos que o tratamento a esta questão, considerando maior relevância ao lado subjetivo, já fora destacado em 1777 por Tetens, em *Versuche*.

Diante deste cenário, entendemos que dada a riqueza do conteúdo de *Opus Postumum*, mesmo que sua incompletude não nos favoreça a uma concepção final sobre a resolução dos problemas ali desenvolvidos, endossam-nos a cogitarmos uma hipótese interessante, visto a pertinência de Tetens ali. Não estaria Kant buscando por este elemento subjetivo *a priori* que fora postulado por Tetens no *Versuche*, retomando-o no *Opus* como pressuposto para validar e avançar no campo psicológico, e a partir disto preencher a lacuna de seu sistema final? Sem dúvidas, a resposta a esta questão coroaria sublimemente a importância de Tetens nesta obra.

Contudo, embora esta questão permaneça em aberto, acreditamos ter demonstrado em muitos aspectos a proximidade das ideias desenvolvidas por Kant no *Opus*, não só com aquelas da primeira edição da *Crítica*, mas também ser possível aproximá-las das de Tetens – proximidade destacada pela importância atribuída por Kant ao elemento subjetivo neste texto, mas, principalmente, pela investigação sobre o princípio subjetivo *a priori* como seu sustentáculo, contando com uma nova abordagem sobre a formação do conceito.

#### 4. Considerações finais

Assim, demonstrou-se nesta exposição que é possível, e que temos elementos para atestar a proximidade entre o *Opus Postumum* e elementos que foram apontados na *dedução transcendental* da *Crítica*, em 1781. Mas ressaltamos, com desdobramentos diferentes, bem como apontamos também com o apoio de Vleeschauwer (1976), ser possível pensar uma saída psicológica para a *dedução* que entendemos haver em *Opus Postumum*, e, por fim, demarcamos e corroboramos a influência de Tetens nesta obra final de Kant. Estes resultados comprovam que a filosofia de Tetens é retomada no *Opus*, mas não é possível confirmarmos se esta oferece a Kant uma solução, visto que não podemos saber os desdobramentos que o *Opus Postumum* tomaria até sua conclusão. O que podemos confirmar é que a influência de Tetens bem como a pertinência do tema da psicologia não se resumiram, em Kant, à *dedução subjetiva* de 1781<sup>27</sup>.

Contudo, ratificamos e comprovamos nossa posição, fundamentada em passagens que o próprio texto nos oferece, caracterizando veracidade à interpretação psicológica da resolução buscada por Kant no *Opus*, interpretação que foi proposta neste trabalho. Quanto à presença da influência de Tetens neste que é considerado o último texto de Kant, caracterizou-se como positiva.

#### 5. Referências

ALLISON, H. E. (2016). *Kant's transcendental deduction: an analytical-historical commentary*. Oxford University Press.

APITZSCH, A. (2013). *Die Psychologischen Voraussetzungen Der Erkenntniskritik Kants Dargestellt Und Auf Ihre Abhängigkeit Von Der Psychologie Chr. Wolfs Und Tetens' ... Psychologie Als Wissenschaft*, United States:Nabu Press.

BARNOUW, J. (1983). *Psychologie empirique et épistémologie dans les Philosophische Versuche de Tetens*. Archives de Philosophie, Paris, v. 46, n. 2, p. 271-289, avril-juin.

BASCH, V. (1904). *L'Imagination dans la théorie kantienne de la connaissance*. Revue de Métaphysique e morale (Presses Universitaires de France), Paris, T. 12, No. 3 (Mai), pp. 425-440.

BRUNSCHVICG, L. (1949). *L'expérience humaine et la causalité physique*. Paris: Presses universitaires de France.

---

<sup>27</sup> Ver OLIVEIRA, A. (2019)

\_\_\_\_\_. (1924). L'idée critique et le système kantien. *Revue de métaphysique et de morale*, Paris, v. 31, n. 1, p. 133-203, janvier-mars.

BURCHARDT, K. (1911). *Kants Psychologie im Verhältnis zur Transzendentalen Methode*. Berlin: Friedrich Wilhelms.

CARL, W. (1992). *Die Transzendente Deduktion der Kategorien in der ersten Auflage der Kritik der reinen Vernunft: Ein Kommentar*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1992.

DAVAL, R. (1951). *La métaphysique de Kant*. Paris: Presses Universitaires de France.

DU PREL, C. (Org.). (1964). *Immanuel Kants Vorlesungen über Psychologie, mit einer Einleitung: Kants mystische Weltanschauung*, Leipzig, 1889, (rep.) Pforzheim.

DUQUE, F. (1991). *Transición de los principios metafísicos de la ciencia natural a la física (Opus Postumum)*. Madrid: Anthropos.

FERNANDES, A. F. (2006). *Da aporia à cisão: uma interpretação do Opus Postumum kantiano*. (Série Universitária). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (Estudos Gerais).

FERREIRA, A. A. L. (2015). A Crítica da Razão Pura e a história da psicologia: de objeto histórico a instrumento de análise. *Estudos kantianos*, Marília, v. 3, n.2, p. 181-194, jul.-dez.

KANT, I. (1900ff). *Gesammelte Schriften* Hrsg. Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24, Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin.

\_\_\_\_\_. (2010). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

\_\_\_\_\_. (2010). *Rumo à paz perpétua*. Tradução de Heloisa Sarzana Pugliesi. São Paulo: Ícone.

\_\_\_\_\_. (1991). *Correspondance par Immanuel Kant*. Traduit de l'allemand par Marie-Christine Challiol, Michèle Halimi, Valérie Séroussi, Nicolas Aumônier, Marc B. de Launay et Max Marcuzzi. Paris: Gallimard, Bibliothèque de Philosophie.

\_\_\_\_\_. (1986). *Opus Postumum*. Traduction de François Marty. Paris: Puf.

MARTY, F. (1986). *Opus postumum passages des principes métaphysiques de la science de la nature à la physique*. Paris: Puf.

MATHIEU, V. (1958). *La filosofia trascendentale e l'Opus Postumum di Kant*. Torino: Ed. Filosofia.

*A questão da “lacuna” no Opus Postumum de Kant: uma discussão acerca de sua resolução e a influência da filosofia de Tetens*

OLIVEIRA, A. (2019). *A influência de Johann Nicolaus Tetens na dedução transcendental das categorias de Kant*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.

SEIDENGART, J. (2013). A evolução das ideias cosmológicas de Kant em seus últimos escritos. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 27, n. especial, pp. 167-190.

TETENS, J. N. (1777). *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*. 2 Bänden. Leipzig: Weidmanns Erben.

VAIHINGER, H. (1923). *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Berlin: Raymund Schmidt.

VLEESCHAUWER, H. J. (1976). *La déduction transcendente dans l'oeuvre de Kant*. 3 vol. Paris: Champion.

Artigo recebido em: 08.05.2020

Artigo aprovado em: 01.09.2020